



Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e sete minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Ana Rita Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do senhor Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes Cruz (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 24/2024 - Reunião ordinária de 20 de novembro de 2024**
 - 2. Projeto da Ata n.º 25/2024 - Reunião extraordinária de 28 de novembro de 2024 - RETIRADA**
 - 3. Deliberação n.º 115/2025 – Proposta n.º 11/2025 – GAP – Designação dos júris de seis procedimentos concursais de recrutamento para provimento de 6 cargos de direção intermédia de 3.º grau do Mapa de Pessoal dos SMS**
 - 4. Deliberação n.º 116/2025 – Proposta n.º 12/2025 – GAP – “Conduta Adutora Pinhal de Negreiros – Bassaqueira” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

5. **Deliberação n.º 117/2025 – Proposta n.º 13/2025 – GAP – “Aquisição de uma Viatura de Recolha de Resíduos Urbanos com Grua com capacidade de carga de pelo menos 20 m³” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**
6. **Deliberação n.º 118/2025 – Proposta n.º 25/2025 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 2.ª ao Plano de Atividades Municipal**
7. **Deliberação n.º 119/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DAF – Recurso hierárquico interposto contra o projeto de declaração de terrenos para construção em zona de pressão urbanística - Vale do Cobro - Jardins do Sado, lotes 14, 15, 16, 19, 23, 25, 27 e 29 [requerimento n.º 2235/2025, de 28 de janeiro] – Ratificação**
8. **Deliberação n.º 120/2025 – Proposta n.º 27/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 7189, fração I da União de Freguesias de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 121/2025 – Proposta n.º 28/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 1996, fração G da União de Freguesias de Setúbal**
10. **Deliberação n.º 122/2025 – Proposta n.º 29/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 9842, fração J da União das Freguesias de Azeitão**
11. **Deliberação n.º 123/2025 – Proposta n.º 30/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 13176, fração B da Freguesia de S. Sebastião**
12. **Deliberação n.º 124/2025 – Proposta n.º 31/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 16593, fração Q da Freguesia de S. Sebastião**
13. **Deliberação n.º 125/2025 – Proposta n.º 03/2025 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro aos agrupamentos de escolas para a participação na 13.ª edição do Festival de Música de Setúbal**
14. **Deliberação n.º 126/2025 – Proposta n.º 04/2025 – DEB/DIGEPE – Transferência financeira à Associação de Pais da Escola Básica da Brejoeira no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da crise económica**
15. **Deliberação n.º 127/2025 – Proposta n.º 07/2025 – DOM – CPREV 14/2024/DOM – Empreitada de “BNAUT – Arronches Junqueiro” - Candidatura n.º 60379 – “Alojamentos de transição para vítimas de violência doméstica” sítos na Rua do Eito, Rua Arronches Junqueiro e Travessa Francisco Pereira - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
16. **Deliberação n.º 128/2025 – Proposta n.º 08/2025 – DOM – CPREV 13/2024/DOM – Empreitada “BNAUT – Quebedo” - Candidatura n.º 60378 “Centro de acolhimento e alteração de percursos Setúbal - Palácio Quebedo” - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
17. **Deliberação n.º 129/2025 – Proposta n.º 09/2025 – DOM – CP 28/2024/DOM – Empreitada de “Remodelação do campo de futebol das pedreiras”, Concurso Público - Candidatura n.º 1090 “Operação integrada local –**

- Setúbal – União Freguesias de Setúbal - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
18. **Deliberação n.º 130/2025 – Proposta n.º 10/2025 – DOM – CPREV 05/2024/DOM – Empreitada de “Requalificação de Infraestruturas e Pavimentos na Av. Moçambique – Setúbal” - Candidatura “Requalificação Av. Moçambique” – Lisboa 2030 – Feder – 01398300, aprovada no âmbito do Portugal2030 ITI AML - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
 19. **Deliberação n.º 131/2025 – Proposta n.º 11/2025 – DOM – CPI 05/2025/DOM – Empreitada “Bairro Quinta de Santo António” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público, por lotes, com publicidade internacional - Candidatura n.º 61882 - “Reabilitação de 214 fogos - Reabilitação da Quinta de Santo António”**
 20. **Deliberação n.º 132/2025 – Proposta n.º 12/2025 – DOM – CPI 04/2025/DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro Afonso Costa” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público, por lotes, com publicidade internacional - candidatura n.º 61881 – “Reabilitação de 308 fogos - Reabilitação do Bairro Afonso Costa”**
 21. **Deliberação n.º 133/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DOM – CPREV 22/2024/DOM - Empreitada “Bairro 25 de Abril”: Não adjudicação e revogação da decisão de contratar - CP 01/2025/DOM - Empreitada “Bairro 25 de Abril” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público por lotes - Candidatura n.º 62096 “Reabilitação de 63 fogos - Reabilitação do Bairro 25 de Abril”.**
 22. **Deliberação n.º 134/2025 – Proposta n.º 14/2025 – DOM – CP 06/2025/DOM – Empreitada “Requalificação do espaço - A Gráfica” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**
 23. **Deliberação n.º 135/2025 – Proposta n.º 21/2025 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de aluguer operacional de 15 viaturas tipo ligeiros de passageiros e mistos, pelo período de 36 meses - Concurso Público n.º 17/2014/DAF/DIGEF/SECPP**
 24. **Deliberação n.º 136/2025 – Proposta n.º 22/2025 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de aluguer operacional de 10 viaturas tipo ligeiros de passageiros e mistos, pelo período de 36 meses - Concurso Público n.º 03/2015/DAFRH/DIGEF/SECPP**
 25. **Deliberação n.º 137/2025 – Proposta n.º 14/2025 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2025 – Edital**
 26. **Deliberação n.º 138/2025 – Proposta n.º 15/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Coletivo de Valorização Artística, Associação – Exposições de artes plásticas (CVA)**
 27. **Deliberação n.º 139/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DCDJ/DICUL – União Desportiva e Recreativa das Pontes (Grupo de Sevilhanas) - Apoio financeiro**
 28. **Deliberação n.º 140/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DCDJ/DICUL – XXI Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal 2025 - Apoio financeiro**
 29. **Deliberação n.º 141/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2025 – Apoio Financeiro às entidades participantes**
 30. **Deliberação n.º 142/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2025 – Apoio Financeiro às marchas extraconcurso (marchas infantis)**

31. **Deliberação n.º 143/2025 – Proposta n.º 20/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
 32. **Deliberação n.º 144/2025 – Proposta n.º 21/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre CMS e Associação Cinematográfica 50 CUTS**
 33. **Deliberação n.º 145/2025 – Proposta n.º 22/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi**
 34. **Deliberação n.º 146/2025 – Proposta n.º 23/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal**
 35. **Deliberação n.º 147/2025 – Proposta n.º 24/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz**
 36. **Deliberação n.º 148/2025 – Proposta n.º 25/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso para a realização da 18.ª Festa do Cinema Italiano**
 37. **Deliberação n.º 149/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadinos”**
 38. **Deliberação n.º 150/2025 – Proposta n.º 27/2025 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense - Natação Pura Desportiva - Apoio financeiro**
 39. **Deliberação n.º 151/2025 – Proposta n.º 29/2025 – DCDJ/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2025 – Contrato Programa**
 40. **Deliberação n.º 152/2025 – Proposta n.º 30/2025 – DCDJ/DIDES – São Domingos Futebol Clube – Apoio financeiro**
 41. **Deliberação n.º 153/2025 – Proposta n.º 31/2025 – DCDJ/DIDES – Feira Náutica de Setúbal 2025 – Taxas de aluguer de espaços de exposição**
 42. **Deliberação n.º 154/2025 – Proposta n.º 24/2025 – DCDJ/DAF/DICONT/SERGEPI –Hasta pública para ocupação de bancas e lojas do Mercado Municipal do Livramento, Mercado Municipal 2 de Abril, Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição e Mercado Municipal de Brejos de Azeitão**
 43. **Deliberação n.º 155/2025 – Proposta n.º 49/2025 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas relativas a obras de alteração e ampliação de edifício destinado a lar, centro de dia e apoio domiciliário para a 3.ª idade - Processo n.º 526/21**
 44. **Deliberação n.º 156/2025 – Proposta n.º 50/2025 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição - Processo n.º 212/24**
 45. **Deliberação n.º 157/2025 – Proposta n.º 51/2025 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável Condicionada sobre viabilidade de realização de obras de demolição e consequente construção nova - Processo n.º 19/23**
 46. **Deliberação n.º 158/2025 – Proposta n.º 52/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 5 painéis publicitários**
 47. **Deliberação n.º 159/2025 – Proposta n.º 53/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados e frutos secos - Processo n.º 23/23**
 48. **Deliberação n.º 160/2025 – Proposta n.º 54/2025 – DURB/GAPGPA – Proposta de procedimentos e taxas a aplicar no âmbito do Regulamento Municipal de Utilização da Ponte Cais do Portinho da Arrábida e dos Espaços de Amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 11;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 12;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 13;
- g) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 14;
- h) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo os relativos à emissão de alvarás de construção, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 15 e 16.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que, na interseção da Rua do Festróia com a Avenida Júlio Santos, se tinha verificado uma intervenção na via pública sensivelmente há dois meses, permanecendo desde então cortes no pavimento asfáltico, bem como um volume de alcatrão delimitado por baias de segurança. Assinalou que esta situação se arrasta há um período excessivo, com impactos negativos na circulação rodoviária e potenciais riscos de sinistros ou danos em viaturas, motivo pelo qual se solicitava atenção urgente à resolução do problema. Foi igualmente sinalizado um novo abatimento no piso da Avenida Luísa Todi, em frente ao edifício da AIMA, tratando-se de uma via de elevada afluência. Destacou-se a necessidade de intervenção célere, face à perigosidade que tal irregularidade representa. Por fim, foi solicitada informação atualizada sobre o estado de funcionamento do elevador do cemitério da Nossa Senhora da Piedade, equipamento que, segundo os munícipes, se encontraria inoperacional.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que haviam sido enviados alguns requerimentos, relativamente aos quais ainda se aguardava resposta, nomeadamente o que dizia respeito à execução financeira. Manifestou preocupação com o facto de os prazos para resposta já se encontrarem ultrapassados, agradecendo que a informação fosse remetida com a maior brevidade possível.

Recordou que, em reunião de Câmara realizada a 20 de julho de 2022, havia questionado o ponto de situação relativo ao tráfego automóvel na EN 10, tendo, na ocasião, o Senhor Presidente informado que o Hospital havia entregue um projeto que contemplava, também, a criação de mais lugares de estacionamento. Solicitou, assim, atualização quanto ao estado atual dessa situação, sublinhando que continuavam a ser recebidas diversas fotografias e reclamações por parte dos munícipes, sendo uma realidade cada vez mais difícil e bem conhecida de todos.

Relativamente à Rua do Pombal, em Azeitão, retomou o tema já anteriormente abordado, sobre a existência de pinheiros de grande porte. Referiu que, em reunião anterior, a Senhora Vice-Presidente havia informado que seria enviada uma equipa de fiscalização ao local. Considerando que essa visita teria, entretanto, ocorrido, solicitou esclarecimentos sobre a avaliação da Proteção Civil quanto à eventual existência de risco, e se estaria prevista alguma intervenção para a sua mitigação. Acrescentou que a munícipe que inicialmente havia apresentado a preocupação voltou a contactar, mencionando não ter recebido qualquer informação, pelo que reiterou a necessidade de esclarecimento sobre se existe ou não risco iminente e quais as medidas que se preveem tomar.

Questionou qual era o ponto de situação relativamente às visitas que haviam sido realizadas a outros municípios, nomeadamente Alcácer do Sal e Cascais, com o objetivo de conhecer a forma como estes dinamizam as respetivas salas de Snoezelen.

Dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente, solicitou esclarecimentos quanto ao plano de formação recentemente divulgado, nomeadamente no que dizia respeito ao módulo intitulado: *“Comportamentos desafiantes: prevenir para reduzir. O papel dos assistentes operacionais na intervenção de comportamentos desafiantes em contexto escolar”*. Questionou se esta formação visava dar resposta à proposta apresentada em anterior reunião de Câmara, uma vez que, após análise da informação disponível, considerava que a mesma não correspondia integralmente ao que havia sido aprovado, nem quanto ao modelo nem quanto ao público-alvo. Assinalou ainda a presença de algumas incorreções terminológicas no conteúdo a que teve acesso, pelo que solicitou uma clarificação sobre os objetivos e o conteúdo efetivo do plano de formação, a fim de compreender o que poderia ainda ser acrescentado, reiterando que existiam divergências significativas entre a proposta de outubro de 2024 e o documento agora apresentado.

Sr. Vereador Paulo Calado – Informou que pretendia abordar duas matérias, sendo a primeira relativa ao estado lamentável em que se encontrava o edifício da Escola Secundária do Bocage. Relatou que, na semana anterior, em consequência dos temporais e das chuvas intensas, se verificaram infiltrações significativas em várias zonas da escola, nomeadamente em salas de aula, onde a água chovia copiosamente. Referiu ainda que teve oportunidade de partilhar essa situação através de uma rede social, evidenciando que, em alguns casos, foi necessário recorrer a baldes para recolha da água, sendo que várias dessas infiltrações se localizavam próximas de instalações elétricas, o que colocava em risco não só a integridade da infraestrutura elétrica, mas, sobretudo, a segurança de estudantes, professores e funcionários da escola.

Lamentou que, até ao momento, ainda não tivesse sido realizada a intervenção necessária no referido estabelecimento de ensino. Recordou que o Senhor Presidente já havia, por diversas ocasiões, apresentado as razões que justificariam o atraso da obra, mas reiterou que, face à gravidade da situação, era necessário assegurar intervenções de caráter urgente. Sublinhou que, dada a atual fase do processo, competia à Câmara Municipal assegurar essas intervenções de emergência, a fim de salvaguardar a segurança e o bem-estar da comunidade escolar.

Foi ainda abordado o encerramento da Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, no Viso, cujo funcionamento foi suspenso a partir daquela data, com o objetivo de se proceder à remoção de amianto existente no edifício. Referiu que esperava que o Senhor Presidente ou algum dos Senhores Vereadores tivesse tomado a iniciativa de prestar esclarecimentos sobre esta matéria, dada a sua relevância para a população local.

Recordou que, já em 2023, havia sido levantada a questão da presença de amianto naquele edifício, tendo, na altura, ocorrido uma troca de palavras sobre o tema, nomeadamente com o Senhor Vereador Pedro Pina. Assinalou que, na ocasião, se afirmou que não existia qualquer problema relevante associado à presença do material. No entanto, mais tarde, na sequência de uma pergunta formulada pelo deputado do PSD, Nuno Carvalho, ao então Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, este veio confirmar a existência de amianto no edifício e referiu que se previa o encapsulamento das zonas afetadas, como medida preparatória para uma futura intervenção - a qual, sublinhou, não chegou a concretizar-se. Assinalou também que, entretanto, o Governo cessou funções.

Destacou, por fim, que o início da intervenção agora anunciada confirma que existiam, de facto, motivos válidos para obras naquele edifício, sendo importante registar que as preocupações anteriormente expressas eram legítimas e fundamentadas.

Sra. Vice-Presidente – Foi prestada informação adicional relativamente à questão do elevador do Cemitério da Nossa Senhora da Piedade, tendo sido referido que o equipamento necessitava de uma reparação substancial, em virtude de um problema identificado na porta, relacionado com a existência de ferrugem. Informou-se que seria necessário proceder à substituição integral do aro da referida porta.

Acrescentou-se que o procedimento já havia sido desenvolvido, encontrando-se celebrado o respetivo contrato com a empresa responsável pela manutenção dos elevadores. No momento, aguardava-se apenas a disponibilidade das peças necessárias para a realização da intervenção, prevendo-se que a situação fosse resolvida em breve, uma vez que o contrato já se encontrava formalizado e pendente apenas da chegada dos materiais.

Relativamente às questões colocadas sobre as visitas efetuadas pelos serviços às salas Snoezelen, foi informado que estas já se tinham realizado. Na última reunião da Comissão Permanente, havia sido iniciada a identificação, no seio dos estabelecimentos escolares, de quais dispunham de condições para acolher uma sala Snoezelen, caso esta viesse a ser instalada numa escola. Conforme previamente acordado, essa análise resultaria na elaboração de um parecer a apresentar no próximo Conselho Municipal de Educação.

Foi referido que, até à data, já se encontravam identificadas duas escolas com espaço disponível para acolher esta valência, sendo que iriam agora ser promovidas visitas a ambas, com o objetivo de avaliar qual dos espaços seria o mais adequado. A Comissão Permanente havia também definido alguns critérios considerados relevantes para essa decisão, nomeadamente o número de crianças com necessidades educativas específicas em cada um dos agrupamentos escolares.

Manifestou a expectativa de que, muito brevemente, o parecer pudesse ser apresentado no Conselho Municipal de Educação, perspetivando-se uma concretização próxima da instalação da sala. Foi ainda salientado que continuava a ser prestado apoio ao Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'ago no desenvolvimento do seu próprio projeto de sala Snoezelen, enquadrado no âmbito do contrato TEIP.

No que respeita às questões relacionadas com o plano de formação, foi informado que a Senhora Vereadora havia apresentado um requerimento, ao qual seria dada resposta formal. Esclareceu-se que havia sido realizado um diagnóstico prévio, sendo que grande parte das necessidades identificadas resultaram das próprias indicações dos trabalhadores e dos serviços.

Foi ainda referido que se tinha estabelecido contacto com diversas entidades para efeitos de colaboração, estando já calendarizadas várias sessões formativas com organizações como a APPACDM, a Inovar Autismo e o IEFP, entre outras.

Informou-se que, em breve, seria disponibilizada informação mais detalhada relativamente às ações de formação previstas. Acrescentou-se que, embora inicialmente não tivessem sido incluídos, os conteúdos programáticos das ações seriam adicionados, por forma a permitir uma melhor compreensão e avaliação das formações propostas, uma vez que os títulos, por si só, poderiam ser limitativos e não refletir integralmente o conteúdo a ser ministrado.

Foi ainda informado que os Bombeiros Sapadores iriam ministrar ações de formação dirigidas às assistentes operacionais, bem como a alguns serviços da Câmara Municipal. Para além desta colaboração interna, as entidades externas envolvidas no plano de formação incluíam a APPACDM, a Inovar Autismo e o IEFP, conforme já referido.

Acrescentou que se encontrava em preparação um projeto-piloto a ser implementado na Escola Básica de Azeitão, com foco na gestão de situações conflituantes. Esta iniciativa teria início no Agrupamento de Escolas de Azeitão, com a perspetiva de posterior alargamento a outros agrupamentos escolares do concelho.

No que se refere às obras de requalificação nas escolas, esclareceu que, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, a Câmara Municipal detinha duas grandes competências: por um lado, a realização de pequenas intervenções de manutenção e conservação; por outro, a execução de grandes obras de requalificação. Foi referido que, no que dizia respeito a intervenções de conservação que não se enquadravam nos dois âmbitos mencionados, estas eram da responsabilidade da DGESTE.

Informou, ainda, que a DGESTE havia assumido, em maio do ano anterior, o compromisso de realizar uma obra de requalificação integral da cobertura da escola, uma vez que o problema das infiltrações resultava de uma obra anterior mal-executada, particularmente na união entre dois edifícios, o que originava as infiltrações verificadas. Relativamente à obra de requalificação da escola em causa, foi informado que a DGESTE havia aberto um procedimento no mês de setembro ou outubro do ano anterior, o qual ficou deserto. Face a essa situação, a DGESTE tinha já anunciado a intenção de lançar um novo procedimento, uma vez que a responsabilidade pela execução daquela intervenção cabia a essa entidade.

Esclareceu, por outro lado, que à Câmara Municipal competia o desenvolvimento dos projetos necessários para a apresentação de candidaturas com vista à grande requalificação do referido estabelecimento de ensino. Informou que os serviços municipais se encontravam a trabalhar nesse sentido, estando já concluído o projeto de arquitetura. Indicou ainda que, numa fase seguinte, seriam desenvolvidos os projetos das especialidades, sendo esse o ponto de situação atual.

Manifestou concordância com a preocupação expressa, considerando que todos deveriam partilhar dessa preocupação, pois, de facto, as instalações da escola em questão eram das piores do concelho e, neste momento, a sala em questão não se encontrava em condições adequadas para ser utilizada.

Apontou, no entanto, que o problema se agravava devido à sobrelotação da escola, que possuía um elevado número de alunos, o que tornava urgente a busca de uma solução alternativa para o encerramento daquela sala.

No que se refere à situação física do edifício, relatou que, devido às chuvas intensas recentes, a situação tinha-se tornado insustentável, com a sala saturada de água. Informou que, na área onde existia a ligação entre os dois edifícios, havia uma grande fissura, o que contribuía para as infiltrações generalizadas. Referiu ainda que a água não ficava restrita àquele ponto, estendendo-se por todo o edifício, o que tornava a situação ainda mais crítica.

Foi destacado que, sem a intervenção prevista para a cobertura da escola, que representava a única possibilidade real de resolver as infiltrações de forma definitiva, seria muito difícil realizar qualquer reparação paliativa. Foi referido que a DGESTE tinha comunicado que o concurso anteriormente lançado para a reparação da cobertura havia ficado deserto e que, por esse motivo, se preparava a abertura de um novo concurso para a execução dessa obra, sendo esse o estado atual da situação.

A urgência da requalificação da escola foi sublinhada, com a expectativa de que, em breve, se esclarecesse a questão do empréstimo junto do BEI, que, segundo se entendia, estava em negociação, para possibilitar o avanço das obras e candidaturas para as escolas que aguardavam requalificação.

Informou que, antes da reunião, havia estado na Escola Básica de Azeitão, a convite da Associação de Estudantes, para realizar uma visita ao estabelecimento. Durante a visita, constatou-se que a situação era idêntica à de outras escolas, com infiltrações e outros problemas estruturais, incluindo salas fechadas. Relatou que os problemas eram os mesmos

nas outras duas escolas visitadas, o que reforçava a urgência da disponibilização de financiamento para que as requalificações integrais das escolas pudessem avançar. Referiu que, de qualquer forma, a questão da cobertura da Escola Secundária do Bocage, quando devidamente resolvida, teria um impacto significativo na resolução dos problemas de infiltração. Acredita que, caso a obra tivesse sido realizada, muitos dos problemas estruturais poderiam ter sido resolvidos de forma substancial.

Sr. Vereador Pedro Pina – Dirigiu-se ao senhor Vereador Paulo Calado, sublinhando a importância de se adotar algum rigor sempre que se utilizasse ou evocasse o nome de eleitos no âmbito de determinados temas. Indicou duas razões para tal posição: em primeiro lugar, porque a afirmação proferida não correspondia à verdade; em segundo lugar, porque, na data da reunião referida, aquilo que fora efetivamente dito reportava-se a uma relação de causa e efeito entre as condições da cobertura da Unidade de Saúde de São Filipe e determinadas circunstâncias objetivas de saúde relativas a alguns técnicos daquela mesma Unidade de Saúde Familiar.

Como segundo aspeto, o senhor Vereador Paulo Calado referiu que a responsabilidade pela situação em causa, à data em que a mesma foi levantada pela bancada do Partido Social Democrata, bem como à data presente, permanecia sob a alçada da mesma entidade: o Ministério da Saúde. Sublinhou, por isso, que da parte do executivo municipal a posição sempre se manteve coerente.

Acrescentou que, como o próprio senhor Vereador e os restantes membros poderiam comprovar, aquele executivo nunca aceitou a transferência de competências no âmbito da saúde. Uma das razões reiteradamente invocadas foi precisamente a indisponibilidade em assumir responsabilidades perante as condições degradadas em que se encontravam diversas unidades de saúde, e a não correspondência entre essas condições e os pressupostos constantes do auto de transferência de competências.

Referiu ainda, a título de exemplo, o caso da Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, que fora objeto de vistoria por parte da ARSLVT à data, bem como dos serviços técnicos do ACES e da própria Câmara Municipal. Essa vistoria havia revelado situações que suscitaram sérias preocupações, razão pela qual considerava importante que todos esses aspetos fossem devidamente esclarecidos.

Foi ainda referido que, no dia anterior, tivera lugar uma reunião com a Unidade Local de Saúde de Setúbal, representada pelo senhor Presidente do Conselho de Administração e por outros membros daquele órgão. Durante essa reunião, foi reiterado que, embora não tivesse sido demonstrada evidência conclusiva de uma relação direta de causa-efeito, a intervenção na Unidade de Saúde Familiar de São Filipe seria, ainda assim, realizada.

Sem prejuízo dessa constatação, salientou-se que o essencial era, de facto, proceder à requalificação do espaço, sendo que tal requalificação exigiria, idealmente, uma intervenção muito mais profunda do que aquela que estava prevista. Sublinhou que a referida unidade de saúde correspondia a uma zona de elevada pressão assistencial, dada a densidade de utentes.

Acrescentou que, conforme era do conhecimento geral, durante o período transitório da obra de requalificação, os utentes da Unidade de Saúde Familiar de São Filipe seriam transferidos para a Unidade de Saúde Familiar de Vale de Cobre, facto que naturalmente acarretaria um transtorno significativo para os mesmos.

O executivo municipal, por sua vez, tinha vindo a manifestar, ao longo do tempo e em diversas conversações com a ARSLVT e com o Ministério da Saúde, a necessidade de uma requalificação estrutural mais profunda daquela unidade, no quadro de uma estratégia mais abrangente de requalificação e construção de novos equipamentos de saúde no concelho.

Para que não subsistissem dúvidas, foi ainda sublinhado que, da parte da Câmara Municipal, nunca existiu qualquer anuência ou incoerência relativamente à matéria em apreço. Reafirmou-se que a Câmara Municipal nunca questionou a necessidade de requalificação de uma situação amplamente reconhecida como degradante, como facilmente poderia ser constatado por qualquer utilizador da Unidade de Saúde Familiar de São Filipe.

A título de curiosidade, referiu que era beneficiário daquela unidade de saúde, sendo aí seguido pelo seu médico de família, o que reforçava o conhecimento direto e pessoal das condições existentes naquele equipamento de saúde.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Referiu, relativamente à questão colocada sobre o Hospital da Luz e o novo projeto de ampliação e aumento da capacidade de estacionamento, que estava prevista, e tinha sido inclusive comunicada naquela semana, a entrada de um pedido formal para ampliação da capacidade de estacionamento no terreno atualmente existente. A solução proposta passava pela criação de uma estrutura semelhante a um silo, no local do estacionamento atual, estando prevista, segundo informação prestada, a criação de aproximadamente 200 lugares adicionais.

Foi igualmente comunicado que se encontrava prevista a entrega de um pedido de informação prévia - correspondendo ao pré-licenciamento - para a ampliação do edifício hospitalar, projeto esse que contemplava também o reforço da capacidade de estacionamento e a construção de uma rotunda na Estrada Nacional 10. Esta intervenção permitiria uma melhoria significativa da circulação e organização do tráfego automóvel naquela via.

A perspetiva avançada pela entidade gestora do hospital era a de que o início da construção da nova unidade tivesse lugar em 2026.

Sr. Presidente – Disse que relativamente aos requerimentos que tinham a ver com as questões financeiras....

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Referiu que a informação em causa já tinha sido enviada. Indicou que o documento já se encontrava pronto, pelo que, caso ainda não tivesse sido remetido, sê-lo-ia em breve. Acrescentou que a intenção inicial era precisamente informar que o mesmo estaria, muito provavelmente, em fase de elaboração e que seria enviado com a maior celeridade possível, o que, felizmente, já se encontrava concretizado.

Sra. Vice-Presidente – Esclareceu quanto à situação do pinheiro anteriormente referido, informando que o mesmo se encontra implantado em terreno de propriedade privada, e não em domínio público. A Divisão de Espaços Verdes (DIEV) havia inicialmente encaminhado o processo para os serviços de fiscalização, uma vez que subsistia uma dúvida quanto à titularidade do terreno em questão. Após apuramento técnico, confirmou-se que se trata de terreno privado, tendo a DIEV procedido à remessa do processo à Divisão de Fiscalização Municipal para os devidos efeitos. Presumia-se que, nessa sequência, o proprietário já teria sido formalmente notificado para dar cumprimento às obrigações legais que lhe assistem no que respeita à gestão e manutenção de árvores de grande porte, face aos riscos eventualmente associados.

(intervenção inaudível)

Sra. Vice-Presidente – Disse que o proprietário iria ser notificado.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Questionou se havia risco.

Sra. Vice-Presidente – Esclareceu que, no momento, não era possível verificar o processo específico, mas que, em casos de risco iminente, a Divisão de Espaços Verdes (DIEV) tomaria as medidas adequadas, contactando a Proteção Civil para avaliar a situação. Caso não tivesse sido esse o procedimento até o momento, a explicação fornecida foi de que não havia indícios de risco imediato. No entanto, comprometeu-se a verificar a situação. Reforçou que, em situações de risco iminente para a segurança de pessoas e bens, o procedimento

habitual seria o de contactar a Proteção Civil e proceder ao abate da árvore, independentemente dos termos da notificação ao proprietário.

Sr. Presidente – Chamou novamente a atenção para o estado de degradação das escolas, as quais não eram da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo sido transferidas no âmbito de um processo de descentralização. Também foi mencionada a situação das instalações dos serviços de saúde, que continuam a enfrentar dificuldades semelhantes. Reforçou-se que a Câmara Municipal tem feito um esforço considerável para colaborar na resolução desses graves problemas e que, conforme observado, o progresso realizado até o momento tem sido muito positivo, com avanços significativos no tratamento dessas questões. Foi enfatizado que, embora a Câmara Municipal não tenha assumido responsabilidades que não lhe competem, nomeadamente em relação à avaliação do estado de degradação das instalações das escolas e dos estabelecimentos de saúde, resultado de uma gestão deficiente dos sucessivos governos, a Câmara tem colaborado de forma ativa na resolução dessas questões. No caso da saúde, a Câmara não aceitou a transferência de competências, mas está a contribuir com esforços significativos. Recentemente, teve lugar uma reunião, além daquela com o Senhor Vereador responsável pela área da saúde, entre os três Presidentes de Câmara e o Conselho de Administração da Unidade de Saúde Local, na qual foi feita uma avaliação conjunta da situação. O objetivo foi avaliar o empenhamento de cada uma das Câmaras no seu território e o esforço coletivo para melhorar as condições dos serviços, de modo a garantir um Serviço Nacional de Saúde conforme estabelecido na Constituição e nas leis.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino, foi destacada a gravidade da situação, especialmente na Escola Secundária do Bocage. A Senhora Vice-Presidente sublinhou corretamente as responsabilidades da Câmara Municipal, que se limitam a pequenas intervenções. No entanto, nas reuniões realizadas na Escola Secundária do Bocage com a comunidade educativa, ficou claro que os serviços da Câmara Municipal têm vindo a intervir nas pequenas reparações, mas a situação da cobertura do estabelecimento representa um risco significativo. As infiltrações na cobertura põem em perigo o sistema elétrico das instalações, e a Câmara Municipal não tem condições nem capacidade para realizar uma intervenção dessa magnitude. Como bem destacou a Senhora Vice-Presidente, a resolução do problema da cobertura criaria melhores condições e evitaria os riscos atualmente causados pelas infiltrações. Este caso foi apontado como um exemplo gritante da degradação dos estabelecimentos de ensino que, até abril de 2022, estavam sob a responsabilidade da Administração Central.

No dia em questão, foi relatada a realização de uma reunião com a Senhora Ministra da Administração Interna. A reunião foi solicitada com caráter de urgência em julho de 2024, mas sem resposta, sendo que em janeiro de 2025 foi feita uma nova solicitação, o que resultou finalmente na marcação da reunião para aquele dia. Durante o encontro, a Câmara Municipal foi recebida pela Senhora Ministra e pelo Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, tendo sido oportunidade para manifestar as preocupações da autarquia em relação à situação das forças de segurança no concelho. Foi também tornada pública, em uma reunião anterior com os responsáveis das forças de segurança, nomeadamente os comandantes da PSP e o Comandante Territorial da GNR, que, felizmente, a violência geral no concelho havia registado uma redução significativa no período de 2023 para 2024, ao contrário do aumento ocorrido entre 2022 e 2023. Embora os resultados ainda sejam provisórios, segundo o relatório da Administração Interna que será divulgado em breve, esses dados indicam uma situação mais favorável em comparação com os anos anteriores. Foi salientado que a diminuição progressiva do número de efetivos, tanto na PSP como na GNR, justificava o pedido de urgência apresentado à Senhora Ministra da Administração Interna. Embora fosse verdade que havia concursos anuais para admissão de novos policiais e guardas, o número de ingressos era inferior ao número de saídas, o que resultava numa redução progressiva do efetivo dessas forças de segurança. Diante dessa situação, a Câmara Municipal sentiu a obrigação de chamar a atenção para esse problema.

Em segundo lugar, foi abordada a questão dos meios de mobilidade, especialmente da PSP. A Câmara Municipal tinha recebido informações de que, frequentemente, a PSP não conseguia chegar atempadamente às ocorrências devido à falta de viaturas para deslocação. Esse registo era confirmado pelos Serviços de Proteção Civil e Bombeiros da Câmara Municipal, com base nas ocorrências a que tinham acesso, bem como pelos relatos da população. Foi destacado que a Câmara mantinha uma relação próxima com os comandantes da PSP e da GNR, com quem se realizavam conversas privadas. Embora essas informações não fossem públicas, havia uma preocupação legítima com a situação. Adicionalmente, a Câmara Municipal havia reiterado a necessidade de fortalecer a presença da PSP com uma polícia de proximidade.

A Câmara Municipal destacou a importância da presença de uma polícia de proximidade, especialmente em Setúbal, devido ao seu centro histórico e à extensa área comercial, que inclui a frente ribeirinha e o centro comercial da baixa. A presença da PSP era considerada crucial, sendo uma área muito relevante para a segurança local. Em relação à PSP, foi observado que, embora não de forma regular, sempre que possível, a polícia circulava pelas ruas e vias da cidade. No entanto, essa presença não poderia ser constante, devido ao número limitado de agentes disponíveis. A Câmara Municipal reforçou a necessidade de mais apoio nesse sentido, a fim de garantir que a população se sentisse mais segura, especialmente em um contexto de informações alarmistas que sugeriam altos níveis de delinquência e insegurança, o que não correspondia à realidade.

Embora houvesse quem fomentasse informações alarmistas sobre a situação de segurança, isso não correspondia à realidade. Destacou a importância da presença da polícia de proximidade nas ruas, como um elemento fundamental para fortalecer a confiança das populações na segurança da cidade. Reconheceu que, de maneira geral, Setúbal, como muitas outras cidades do país, enfrentava algumas situações de maior suscetibilidade e eventos pontuais, mas enfatizou que não existia um risco excepcional de insegurança ou alarmismo. A presença da polícia e o trabalho de proximidade eram considerados essenciais para garantir a tranquilidade da população, apesar das vozes insistentes que tentavam promover um cenário de maior perigo.

Por outro lado, também tinha sido manifestado à senhora Ministra a preocupação com a situação das instalações da PSP e da GNR, que estavam a degradar-se devido à falta de manutenção. A PSP e a GNR estavam instaladas em equipamentos municipais, há muitos anos, e essas instalações, embora os agentes e guardas se esforçassem, realizando pequenas manutenções, a situação só não estava ainda pior graças à dedicação deles. Foi lembrado que a Câmara Municipal disponibilizou um terreno de aproximadamente 11.000 m² para a construção de um novo comando da PSP, que também poderia abrigar uma esquadra. Essa disponibilidade já havia sido comunicada ao Ministério da Administração Interna no governo anterior, e a Câmara comprometeu-se a acompanhar o processo. A situação das instalações, que estavam a degradar-se a ponto de não serem adequadas para abrigar agentes, foi igualmente destacada, visto que os mesmos viviam nas esquadras. Foi mencionada também a recente formação de 800 novos polícias, com a expectativa de que Setúbal fosse beneficiada com a distribuição desses agentes a nível nacional.

Relativamente às viaturas, foi informado que estavam a ser distribuídas viaturas a nível nacional, com a expectativa de que Setúbal também fosse beneficiado com essa distribuição. Quanto às instalações, a senhora Ministra informou que a Direção Geral do Ministério da Administração Interna entraria em contacto com a Câmara Municipal brevemente, com o objetivo de realizar uma visita e uma avaliação mais rigorosa das situações já identificadas. A Câmara Municipal tem vindo a documentar e a reunir informações sobre essas condições para o Ministério da Administração Interna há vários anos, e, por isso, existe um dossiê bastante completo da situação. A Câmara Municipal aguarda ser contactada pela Direção Geral, conforme informado pela senhora Ministra, para colaborar na realização dessas visitas e na identificação das situações mais complicadas, a fim de permitir a implementação das intervenções mais urgentes.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 a 21.

**“Saudação
Aniversário ACTAS**

A ACTAS, fundada em 2006, celebrou recentemente mais um aniversário, assinalando mais um marco na sua dedicação à promoção da cultura e das artes em Setúbal.

Desde a sua criação, tem sido um pilar essencial no panorama artístico da cidade, proporcionando acesso à cultura, incentivando a criatividade e promovendo o envolvimento da comunidade nas artes performativas. O seu trabalho tem contribuído para enriquecer a oferta cultural local e para valorizar o talento de artistas e entusiastas das artes.

O teatro e as artes performativas assumem um papel crucial na expressão da identidade de uma comunidade, funcionando como veículo de reflexão, de transmissão de valores e de preservação das tradições. A ACTAS tem sabido desempenhar esta missão, reforçando a ligação entre o público e a cultura, promovendo o talento local e proporcionando momentos de partilha e aprendizagem.

Os vereadores do PSD saúdam e felicitam a ACTAS pelo seu aniversário, reconhecendo o seu valioso contributo para o dinamismo cultural do concelho e o seu empenho em tornar a cultura acessível a todos”.

**“Saudação
Aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal**

No passado dia 21 de fevereiro, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal completou 239 anos de existência, uma data que marca mais de dois séculos de dedicação incondicional à proteção da nossa cidade e dos seus habitantes. Ao longo desses anos, os bombeiros sapadores têm sido um pilar fundamental da nossa comunidade, enfrentando com coragem os maiores desafios para garantir a segurança de todos.

A sua ação vai muito além do combate ao fogo. Os bombeiros de Setúbal são heróis no socorro a emergências, na prevenção de riscos e, acima de tudo, no compromisso diário com a vida dos setubalenses. Este espírito de missão é digno de reconhecimento e celebração, pois são eles que, sem hesitar, colocam a sua própria vida em risco em prol do bem-estar dos setubalenses.

Neste aniversário, queremos expressar a nossa profunda gratidão a todos os bombeiros, tanto os que fizeram parte desta nobre corporação ao longo dos anos passados, como aqueles que continuam a desempenhar com honra a sua missão.

Os vereadores do PSD parabenizam os Bombeiros Sapadores de Setúbal e renovam o seu compromisso de apoio e valorização destes profissionais. Hoje, mais do que nunca, reforçam o seu reconhecimento pelo trabalho árduo, pela bravura e pela dedicação de todos os bombeiros da nossa cidade. O vosso exemplo de força e altruísmo é uma inspiração para todos nós”.

**“Saudação
Aniversário do Clube de Ténis de Setúbal**

O Clube de Ténis de Setúbal, referência na promoção da prática desportiva em Setúbal, celebrou, no passado 10 de março, o seu 77.º aniversário, assinalando mais um ano de dedicação ao desenvolvimento do desporto no concelho.

Desde a sua fundação, em 1948, tem desempenhado um papel essencial na dinamização da atividade desportiva, fomentando a formação e o espírito competitivo, sempre com uma forte componente inclusiva. Ao proporcionar oportunidades de prática desportiva a pessoas de todas as idades e condições, contribui para a promoção de hábitos de vida saudáveis e para a integração social através do desporto.

Para além da sua importância no contexto local, o Clube de Ténis de Setúbal tem tido um impacto significativo a nível nacional, organizando eventos de grande relevo que colocam Setúbal no mapa do desporto e dão visibilidade aos atletas e à modalidade que representa.

Pelo trabalho incansável que tem desenvolvido ao longo dos anos, pelo seu contributo para a formação de atletas e cidadãos, e pelo seu papel na valorização do desporto enquanto motor de inclusão e bem-estar, os vereadores do Partido Social Democrata saúdam e felicitam o Clube de Ténis de Setúbal, os seus órgãos sociais e todos os seus membros, desejando-lhes muitos mais anos de sucessos e conquistas”.

“Saudação

Aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos”

O Grupo Desportivo “Os Amarelos” celebrou, no passado dia 1 de março, o seu 69.º aniversário, marcando quase sete décadas de dedicação ao desporto e à comunidade. Ao longo dos anos, esta instituição tem sido um verdadeiro símbolo de união, esforço e superação, contribuindo para a formação desportiva e pessoal de inúmeras gerações.

O Grupo Desportivo “Os Amarelos” não é apenas um clube desportivo, mas também um pilar da comunidade, promovendo não só a prática desportiva, como ao mesmo tempo o convívio e o crescimento pessoal de todos os que nele participam. A sua dedicação ao desenvolvimento do desporto local tem sido fundamental para incentivar a participação de setubalenses de todas as faixas etárias, fortalecendo o espírito associativo e os laços de amizade entre gerações.

Os vereadores do Partido Social Democrata saúdam e felicitam o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pelo seu percurso e desejam que continue a alcançar novas conquistas, honrando a sua história e inspirando o futuro”.

“Saudação

Aniversário Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Clérigos de Azeitão

A Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Clérigos de Azeitão celebra mais um aniversário, reafirmando o seu compromisso com a cultura e a comunidade local. Desde a sua fundação, a 4 de março de 1929, esta instituição tem sido um pilar na promoção da música e na valorização do talento, proporcionando oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento a várias gerações.

Com um percurso marcado pela dedicação ao ensino musical e pela dinamização cultural, a Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Clérigos tem contribuído ativamente para a identidade e coesão da região, preservando tradições e fortalecendo os laços comunitários.

Ao longo últimos 96 anos, esta instituição tem sido um verdadeiro símbolo da resiliência e dedicação das coletividades locais, enfrentando desafios e evoluindo com o tempo sem nunca perder a sua essência. O seu compromisso com a formação musical e a transmissão de conhecimento entre gerações demonstra o valor inestimável do associativismo na preservação da cultura e no enriquecimento da comunidade.

Pelo seu legado inestimável e pelo impacto que continua a ter na comunidade, os vereadores do PSD saúdam a Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Clérigos de Azeitão, desejando-lhe muitos mais anos de sucesso e de serviço à cultura e ao bem comum”.

Sr. Vereadora Sónia Martins – Apresentou a seguinte moção, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22.

“Moção

Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher, assinalado a 8 de março, representa um momento de reflexão e compromisso com a igualdade de direitos entre mulheres e homens, destacando as conquistas alcançadas e os desafios que persistem na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao longo da história, as mulheres desempenharam um papel essencial no desenvolvimento social, económico, político e cultural, muitas vezes enfrentando barreiras estruturais que limitaram o seu pleno reconhecimento e participação. Apesar dos avanços registados, subsistem desigualdades em diversas áreas, nomeadamente no acesso ao mercado de

trabalho, na progressão nas carreiras, na conciliação entre vida profissional e familiar, bem como no combate à violência de género e à discriminação.

Em Setúbal, são muitas as mulheres que, nas mais diversas áreas, contribuem para o desenvolvimento do nosso concelho, assumindo papéis fundamentais no tecido económico, social, cultural e político. O reconhecimento desse contributo deve ser acompanhado por políticas públicas que promovam a igualdade e a eliminação de barreiras estruturais que ainda persistem.

Neste sentido, os vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal reafirmam o seu compromisso com a promoção da igualdade de género, defendendo políticas públicas que garantam oportunidades equitativas, o reforço dos mecanismos de apoio às vítimas de violência doméstica, bem como o incentivo a iniciativas que valorizem o papel da mulher na sociedade.

O PSD acredita que a Executivo tem um papel determinante na implementação de medidas que promovam a igualdade e a inclusão, assegurando que todas as mulheres do concelho tenham acesso a condições dignas de participação ativa em todas as esferas da sociedade”.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 29.

“Saudação

Aniversário do Alto da Guerra Sport Clube

Fundado em 1977, o Alto da Guerra Sport Clube celebrou o seu 47.º aniversário no dia 28 de fevereiro.

O clube, sediado na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, tem desenvolvido um importante trabalho no âmbito do desporto de formação, nomeadamente na modalidade de futebol.

Tem contribuído assim para a ocupação dos tempos livres dos jovens, mas também para o seu crescimento e desenvolvimento integral, através da difusão de valores inerentes à prática desportiva, como a responsabilidade, o fair-play e a solidariedade, promovendo ainda a adoção de hábitos saudáveis e nutrido o gosto pela atividade física.

O clube procura ainda dinamizar atividades de cariz lúdico e recreativo, desde os passeios de cicloturismo e até às festas e convívios, estando ainda presente em importantes momentos da vida associativa e cultural do concelho, como a Feira de Sant’Iago.

Apesar dos inúmeros obstáculos à sua atividade, esta entidade continua, de forma inabalável, a trabalhar voluntariamente para o bem-estar da comunidade, empenhando-se para preservar o movimento associativo, bem como o seu rejuvenescimento.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Alto da Guerra Sport Clube, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.

Transmitem ainda o seu reconhecimento pelo papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local, coesão social e qualidade de vida das populações”.

“Saudação

Aniversário do Grupo Desportivo ‘Os Amarelos’

O Grupo Desportivo ‘Os Amarelos’, fundado em 1956, assinalou o seu 69.º aniversário no dia 1 de março.

Sediado no Bairro Santos Nicolau, na freguesia de São Sebastião, tem sido uma referência na promoção do desporto no concelho. Contudo, a sua atividade vai muito além do âmbito desportivo. Esta entidade do movimento associativo setubalense tem desempenhado, desde a sua fundação, um papel vital na promoção do desporto, da cultura e do sentido de pertença na comunidade.

No âmbito da formação desportiva na modalidade de futebol, o clube conta atualmente com cerca de 170 atletas em diversas faixas etárias.

Além do futebol, oferece também aos seus associados outras modalidades, como a pesca desportiva e o atletismo.

O GD 'Os Amarelos' têm ainda uma forte presença nos grandes momentos da vida social e cultural do concelho, como é exemplo a Festanima. Tem também procurado ser promotor da valorização e preservação da cultura e tradições setubalenses, como é exemplo a tradição do Enterro do Bacalhau, uma festa popular que marca o fim do Carnaval, simbolizando o fim dos excessos e a entrada no período da Quaresma.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo o importante contributo e papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local, saúdam e felicitam o Grupo desportivo 'Os Amarelos', órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho".

"Saudação

Aniversário da Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão

Fundada em 1929, a Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, conhecida pelos setubalenses e azeitonenses como SIMBA, celebrou o seu 96.º aniversário no dia 4 de março.

Esta entidade, criada como o objetivo de promover a música e a cultura na freguesia de Azeitão, tem procurado contribuir de forma assídua para o desenvolvimento da região, dinamização do concelho e valorização e difusão do património cultural e tradições setubalenses.

A sua atividade tem evoluído ao longo do tempo, acompanhando aquilo que é a também a evolução das necessidades das populações, sendo que, a formação musical e criação artística tiveram e continuam a ter um papel preponderante.

A SIMBA desenvolve também iniciativas de cariz recreativo e lúdico, promovendo convívios, eventos sociais, espetáculos e workshops, que contribuam de forma positiva para o fortalecimento e enriquecimento dos laços comunitários.

Em 2024, esta entidade viu lançada a primeira pedra para a construção de uma nova sede, que será um espaço com melhores condições para acolher os seus sócios e toda a comunidade.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, reconhecendo o seu indispensável contributo para o desenvolvimento sociocultural do território e para a dinamização de todo o concelho e em especial, de Azeitão".

Saudação

Aniversário do Clube de Ténis de Setúbal

Fundado em 1948, o Clube de Ténis de Setúbal celebrou o seu 77.º aniversário no dia 10 de março.

Enquanto entidade promotora da prática desportiva do ténis, tem procurado potenciar o desenvolvimento da modalidade no concelho e região, com foco na formação de atletas, melhoria das condições a nível das infraestruturas e organização de competições.

O clube tem investido na formação de atletas, preparando-os para jogar desde as camadas mais jovens até aos níveis de competição, tanto através dos treinos que proporciona como através da participação em provas e iniciativas, com vista à sua evolução e desenvolvimento, mas também ao fomento do gosto pela modalidade e pela prática desportiva.

Em 2024, o CTS foi um dos parceiros essenciais para a requalificação dos campos de ténis do Parque Verde da Bela Vista, em conjunto com a Câmara Municipal de Setúbal, a Federação Portuguesa de Ténis e a Associação de Ténis de Setúbal.

É ainda o grande organizador do Open Baía de Setúbal, um torneio internacional de ténis em cadeira de rodas, que viu, no passado, a concretização da sua 11.ª edição. Mais de 20 atletas que participaram nas edições deste torneio competiram nos Jogos Paralímpicos Paris 2024.

Reconhecendo os seus importantes contributos para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, bem como o seu compromisso com a inclusão, bem-estar das

populações e valorização do território e das suas potencialidades, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Ténis de Setúbal, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário da Associação Casa da Poesia

Fundada em 2015, com o objetivo de reunir amantes da escrita e da palavra, a Associação Casa da Poesia nasceu de um movimento de poetas do concelho.

A Associação, que na passada sexta-feira celebrou o seu 10.º aniversário, tem trabalhado no sentido de promover e divulgar a poesia em Setúbal, organizando iniciativas como lançamentos de livros, saraus poéticos e musicais, mas também concursos de poesia e projetos de solidariedade.

Em 2024, organizou o 4.º Encontro Poético de Setúbal, um encontro recheado de momentos culturais, convívio e poesia e mais uma edição da iniciativa ‘Vinhos Solidários’, que contou com o apoio da Casa Ermelinda Freitas, que ofereceu mil garrafas de vinho à Associação no intuito de realizar uma venda em favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal (AHBVS).

Para além destes eventos de cariz anual, desenvolve o projeto ‘Casa da Poesia ConVida’, que conta com diversas sessões ao longo o ano, com diversos convidados e com o objetivo de incentivar a participação ativa da comunidade e a valorização da expressão poética.

Reconhecendo os importantes contributos desta entidade cultural para a difusão e valorização da poesia, bem como para a promoção da criação artística, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Casa da Poesia, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário da ACTAS – Companhia de Teatro de Setúbal

Criada em 2006, a ACTAS – Companhia de Teatro de Setúbal celebrou o seu 19.º aniversário no dia 10 de março.

Esta entidade cultural tem, desde a sua fundação, procurado promover o desenvolvimento do teatro e das artes performativas no concelho, contribuindo para o enriquecimento do panorama cultural local, bem como para a preservação, difusão e valorização do património cultural setubalense.

Apesar das dificuldades sentidas no exercício da sua atividade, a ACTAS merece já o reconhecimento da população, poder local e restante movimento associativo, tendo trazido aos palcos do concelho e do país êxitos como “Belle Dominique - Vidas & Armadilhas” e “La Nonna”.

Em 2024, para além das magníficas e divertidas peças de comédia, organizou, em parceria com outras entidades, o Festival Manuel Carlos Zorro, iniciativa que proporcionou fado, teatro, pintura ao vivo, marchas e canção popular durante o mês de setembro e que prestou tributo ao músico e compositor Manuel Zorro.

Este ano, o certame das Marchas Populares de Setúbal irá contar com contributo desta entidade, que irá apresentar a concurso uma marcha.

Reconhecendo o importante contributo da ACTAS para a dinamização cultural do concelho e promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo PS saúdam e felicitam a Associação e todos aqueles e aquelas que tomam possível a sua atividade por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Afonso Costa sagra-se campeão do mundo de remo indoor

Afonso Costa, do Clube Naval Setubalense, sagrou-se campeão do mundo de remo indoor ao vencer a prova de 2000 metros, que decorreu durante o Campeonato do Mundo de Remo Indoor 2025, nos dias 22 e 23 de fevereiro, de forma totalmente virtual.



O atleta olímpico dominou e mostrou a sua superioridade na categoria ligeira, entre 23 e os 39 anos, com o tempo de 06.08,60 minutos, conquistando assim o 1.º lugar do pódio e o respetivo título.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Afonso Costa e o Clube Naval Setubalense pelos resultados obtidos nesta competição, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31.

“Saudação

8 de março - Dia Internacional da Mulher

Assinalámos, no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, efeméride em que celebramos as conquistas das mulheres ao longo da História, desde o direito ao voto até ao acesso à educação, à presença na política e em espaços de decisão, entre tantos outros avanços, que resultaram da luta de gerações que nunca aceitaram a desigualdade como destino.

Contudo, ao celebrarmos lembramos também que há ainda um caminho a percorrer, pois a violência de género, a disparidade salarial, a sub-representação feminina em cargos de liderança e outras formas de discriminação continuam a ser realidades que não podemos ignorar.

Por isso, em Portugal e no mundo, a luta pela igualdade de género, para a qual todos somos convocados, continua a ser um imperativo para a construção de um futuro sustentável, justo, livre e inclusivo.

No ano em se assinala os 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal – fator imprescindível para o sucesso do processo de democratização do nosso país – identificamos que, apesar da garantia do exercício do direito ao voto e da existência de medidas de ação positiva, como a Lei da Paridade, persiste uma efetiva sub-representação feminina na política.

É, assim, fundamental empenharmo-nos para que as mulheres não se limitem a eleger, mas sejam elas também eleitas.

Quanto à disparidade salarial, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), apesar das mulheres representarem 49,5% da população empregada, esta continua a representar um entrave à equidade no mercado de trabalho.

Em 2014, a diferença salarial era de 141 euros, com os homens a receberem, em média, 892 euros e as mulheres 751 euros. Atualmente, os valores médios situam-se nos 1.311 euros para os homens e 1.069 euros para as mulheres.

As estatísticas mostram que a diferença salarial entre homens e mulheres aumentou mais de 70% em 10 anos.

No entanto, a discriminação não se restringe apenas à política ou ao mercado de trabalho, replicando-se em múltiplas dimensões, tanto na esfera pública como na privada.

No domínio do trabalho não remunerado, e segundo dados da Fundação Francisco Manuel dos Santos, 73% das mulheres realizam mais tarefas domésticas não pagas do que os homens, enquanto apenas cerca metade dos casais dividem equitativamente estas funções.

São também as mulheres as principais vítimas do crime que mais mata em Portugal: a violência doméstica. Em 2024, 25 mulheres foram assassinadas e, no primeiro mês de 2025, tinham sido já mortas 5 mulheres.

Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas, o femicídio está a aumentar e corresponde a 80% dos casos de mulheres assassinadas no país.

Face a estes dados e aos inúmeros ataques aos direitos das mulheres – que têm vindo a aumentar significativamente com a intensificação de discursos misóginos e de ódio, os quais já saltaram os muros da casa da Democracia e se fazem agora ouvir do púlpito – é mais importante do nunca reforçar o nosso compromisso com a igualdade, com a salvaguarda dos Direitos Humanos e com o fim da violência e discriminação.

É nosso dever agir e garantir que cada mulher, seja qualquer for a sua nacionalidade, etnia, orientação sexual, características ou expressão sexuais, condição socioeconómica ou deficiência, possa ocupar o seu espaço sem medo, com determinação e em liberdade. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam, assim, todas a mulheres, em particular as do concelho de Setúbal, bem como todas aquelas que, diariamente, defendem e lutam por uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e inclusiva, repudiando todas as formas de discriminação e violência de género que ainda marcam a nossa sociedade”.

“Saudação

Aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal

No dia 21 de fevereiro, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, uma instituição com uma longa história de dedicação e coragem ao serviço de Setúbal e dos setubalenses, celebra o seu 239.º aniversário.

Referência de profissionalismo e dedicação, os Bombeiros Sapadores trabalham diariamente para garantir a nossa segurança e bem-estar.

Estes soldados da paz, fundamentais para o desenvolvimento do concelho, vão muito além da resposta a emergências, tendo um impacto direto na qualidade de vida das populações e contribuindo para o crescimento sustentável das comunidades, a promoção da coesão social e a valorização do território.

Em Setúbal, num território circunscrito pelo Parque Natural da Arrábida e pela Reserva Natural do Estuário do Sado, com uma forte presença industrial, a CBSS salvaguarda a proteção de pessoas e bens - mas também do património natural, que é parte integrante da identidade setubalense.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal e todos os Bombeiros Sapadores, reafirmando o seu compromisso com a valorização da Companhia e dos seus profissionais.

Investir nos bombeiros é investir no futuro do concelho e da região”.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 24/2024 - Reunião ordinária de 20 de novembro de 2024

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

2. Projeto da Ata n.º 25/2024 - Reunião extraordinária de 28 de novembro de 2024

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que, em relação ao projeto de ata n.º 25/2024, tinha pedido ao seu gabinete que juntasse uma declaração de voto escrita que tinham preparado após a reunião, e o que estava na ata era só a reprodução da sua intervenção, de acordo com aquilo que tinha solicitado à data durante a reunião. Solicitou que retirassem o projeto de ata para que a declaração de voto pudesse ficar anexa.

A ata foi retirada para anexar uma declaração de voto do PPD/PSD.

3. Deliberação n.º 115/2025 – Proposta n.º 11/2025 – GAP – Designação dos júris de seis procedimentos concursais de recrutamento para provimento de 6 cargos de direção intermédia de 3.º grau do Mapa de Pessoal dos SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 116/2025 – Proposta n.º 12/2025 – GAP – “Conduta Adutora Pinhal de Negreiros – Bassaqueira” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 117/2025 – Proposta n.º 13/2025 – GAP – “Aquisição de uma Viatura de Recolha de Resíduos Urbanos com Grua com capacidade de carga de pelo menos 20 m³” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 118/2025 – Proposta n.º 25/2025 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 2.ª ao Plano de Atividades Municipal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 a 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

7. Deliberação n.º 119/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DAF – Recurso hierárquico interposto contra o projeto de declaração de terrenos para construção em zona de pressão urbanística - Vale do Cobro - Jardins do Sado, lotes 14, 15, 16, 19, 23, 25, 27 e 29 [requerimento n.º 2235/2025, de 28 de janeiro] – Ratificação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 44.

Sr. Vereador Paulo Calado – Na proposta, no início da segunda página, foi referido: *“Contudo, impõe-se desconsiderar tais alegações, na medida em que, não sendo aquele um ato administrativo, não pode ser objeto de recurso hierárquico, nem de apreciação.”* Sendo assim, foi questionado se, não sendo aquele um ato administrativo e não podendo ser objeto de recurso hierárquico, o despacho deveria, de acordo com o artigo 196.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo (CPA), ser a rejeição do recurso. Foi argumentado que não havia razão para fazer a ratificação desse despacho, pois, conforme o mencionado artigo, o recurso deveria ser rejeitado, uma vez que o ato impugnado não era suscetível de recurso, como previsto na alínea a) do referido artigo.

Sr. Presidente – Disse que, embora não fosse jurista, supunha que os juristas que tinham elaborado aquele texto o tivessem feito no sentido de esclarecer algumas dúvidas que ainda existiam sobre o assunto. De facto, não se tratava de uma decisão da Câmara Municipal nem da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal seguiam o procedimento conforme as leis em vigor. Havia uma alteração a um artigo do Código do Imposto Municipal e, portanto, não era da competência da Câmara Municipal a alteração proposta ou as questões suscitadas no requerimento. Naturalmente, todos tinham o direito de requerer seus direitos, mas não se tratava de uma decisão da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal. Tinha havido uma alteração à lei que implicava o que estava sendo discutido, e à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal cabia apenas dar seguimento ao que a lei determinava.

Saliou novamente que, não sendo jurista, concordava com o que foi dito, mas o que entendia era que os juristas tinham pretendido fazer uma clarificação sobre aquele ponto, que ainda não era suficientemente claro para todos, especialmente para os interessados.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que, nem sequer tinha abordado qual era o objeto do recurso, pois estava a tratar apenas da questão jurídica. Mantinha que deveria ter sido proferido um despacho de rejeição, pois, não estando em causa um ato administrativo, o mesmo não poderia ser objeto de recurso hierárquico. O despacho deveria, portanto, ter sido rejeitado pela senhora Vice-Presidente, ou por quem tomasse essa decisão. Não se estava a discutir o conteúdo do ato ou o que estava a ser posto em causa, mas essas questões resolviam-se por meio de uma carta explicativa, e não por meio de uma deliberação da Câmara Municipal.

A posição mantida era que o despacho proferido não deveria ser o que estava sendo discutido no requerimento ou na reclamação, uma vez que não havia ali um recurso hierárquico, conforme invocado pelos próprios serviços. Deste modo, ou deveria ser retirado para que fosse proferido o despacho adequado, ou, se esse despacho fosse proferido, faria mais sentido que fosse emitido por carta, explicando o contexto da Lei de Mais Habitação, aprovada pelo Governo de António Costa, e suas consequências nocivas. Essa explicação deveria ser feita de forma pedagógica ao interessado, que, no caso, era uma sociedade comercial, e não por meio de uma deliberação da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Mencionou que a questão colocada pelo senhor Vereador Paulo Calado tinha sido debatida pelos Consultores Jurídicos da Câmara, no contexto da análise do sentido da decisão sobre aquele recurso. A possibilidade sugerida pelo senhor Vereador foi uma das opções discutidas, mas, após o debate, foi aconselhado que se utilizasse o procedimento proposto para aquele recurso.

De qualquer forma, caso o senhor Presidente estivesse de acordo, o senhor Diretor Municipal, que tinha acompanhado diretamente aquele processo, poderia prestar alguns esclarecimentos à Câmara, caso fosse esse o entendimento sobre o debate realizado.

Sr. Presidente – Destacou que, naquele caso, a situação era relevante, pois não se tratava de um caso isolado. A Câmara Municipal estava a aprovar um documento que deixava claro, de forma pública, a natureza da situação e as razões que a motivaram.

Mencionou uma reunião com vários proprietários, onde a questão levantada foi que a responsabilidade recairia sobre a Câmara Municipal, uma vez que a própria Câmara tinha deliberado e dado andamento aos processos. Alguns referiram que em outras câmaras municipais essa situação não tinha ocorrido, mas foi esclarecido que a Câmara Municipal de Setúbal deveria cumprir a Lei, independentemente do que acontecia noutras câmaras municipais.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Enfatizou que a Câmara Municipal tinha de cumprir as leis, e os serviços tinham atuado conforme estabelecido pela legislação. Surgiu a perceção, entre as pessoas com quem foi realizada a reunião, de que a ação era exclusivamente da Câmara Municipal de Setúbal, mas ficou claro que a questão não se tratava de uma iniciativa local, mas sim de uma Lei, aprovada no âmbito de uma decisão governamental.

O entendimento foi de que o que estava em questão era uma situação que não se restringia a uma única empresa, mas envolvia uma lei que não dependia da Câmara Municipal de Setúbal. Aprovada no contexto de uma decisão do Governo, a situação foi apresentada como uma clarificação de um problema que afetava um grupo mais amplo.

Foi ainda dito que, caso as pessoas se sentissem lesadas, era legítimo apresentarem reclamações, e a Câmara Municipal agiu de forma construtiva ao redigir aquela deliberação. Não havia outro objetivo, além do de esclarecer a situação.

Se o senhor Diretor Municipal tivesse mais esclarecimentos a oferecer, não haveria inconveniente em ouvi-los.

Sr. Diretor Municipal (Dr. Ricardo Medeiros) – Referiu que além das notas já mencionadas, acrescentou que, sem entrar em tecnicismos jurídicos que não trariam benefícios, a questão apresentada como recurso hierárquico poderia ser vista sob duas dimensões, conforme discutido com os consultores jurídicos. A primeira dimensão seria a de que, objetivamente, não seria admissível como recurso hierárquico, uma vez que se tratava de um ato não administrativo. A segunda dimensão, por critérios mínimos, poderia admitir a discussão em torno de um ato administrativo, embora houvesse controvérsia quanto a sua qualificação. Contudo, por prudência, seria aconselhável esclarecer que, independentemente de se tratar de um ato administrativo ou não, não assistia razão ao recorrente.

Foram discutidas várias possibilidades e caminhos, e o entendimento foi de que o procedimento adotado era o mais sólido e adequado à situação.

Sr. Presidente – Voltou a colocar a questão sobre a retirada da proposta, sugerindo que, caso fosse adotado o despacho, fosse no sentido de excluir a possibilidade de uma resposta, considerando que não se tratava de um ato administrativo. Caso essa fosse a orientação, poderia ser essa a solução adotada.

O senhor Diretor Municipal reforçou a justificativa de que uma aclaração sobre o tema seria benéfica para a Câmara Municipal. Concordou que, se preferissem, poderiam enviar uma carta ao interessado, sendo que, caso surgissem outros casos semelhantes, outras cartas poderiam ser enviadas. No entanto, o entendimento era de que, com um ato público, uma declaração pública, a situação ficaria clarificada para todos os envolvidos ou para quem tivesse dúvidas.

Como já havia sido explicado na primeira reunião com os responsáveis, havia uma ideia equivocada de que a Câmara Municipal de Setúbal estava a penalizar alguns investidores do município, o que nunca foi o objetivo da Câmara, nem é esse o seu propósito.

Salientou que a Câmara Municipal tinha sido coagida, em virtude de uma determinação legal, a tomar uma decisão que acabou por penalizar os investidores do município, muitos dos quais eram investidores importantes, com quem se havia reunido no concelho.

Deixou à consideração dos senhores vereadores a possibilidade de aprovar a proposta nos termos em que estava apresentada, enfatizando que a medida não colocava em causa

nenhuma decisão própria da Câmara Municipal. Pelo contrário, tratava-se de um contributo público e pedagógico, com o objetivo de esclarecer a situação e garantir que todos compreendessem que não se tratava de uma decisão da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, mas sim de uma decisão derivada de uma Lei que foi aprovada por quem tinha competência para o fazer. A Câmara Municipal, assim como outras câmaras, tinha a responsabilidade de cumprir a legislação, mesmo quando, em muitos casos, não concordava com ela. Esse cumprimento da Lei era realizado, muitas vezes, sob protesto, mas sempre de acordo com as exigências legais.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 contra do PPD/PSD.

O senhor Vereador Paulo Calado fez a seguinte declaração de voto:

“Uma vez que é afirmado, e é considerado pelos serviços da Câmara Municipal, que estamos perante um ato, que não é um ato administrativo, e como tal não pode ser objeto de recurso hierárquico, nem de apreciação, aquilo que deveria ter sido o despacho, neste caso a senhora Vice-Presidente, seria a rejeitar esse mesmo requerimento com base no artigo 196.º n.º 1 alínea a) do Código de Procedimento Administrativo, conforme aqui intervi anteriormente.”

8. Deliberação n.º 120/2025 – Proposta n.º 27/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 7189, fração I da União de Freguesias de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Referiu que a isenção do IMT Jovem havia sido aprovada pela Câmara Municipal em outubro de 2023, sendo previsível que entrasse em vigor em janeiro de 2024, permitindo que, a partir desse momento, aqueles que adquirissem casa e cumprissem os critérios estabelecidos não tivessem de suportar aquele custo. No entanto, essa medida não se concretizou a tempo, e a aprovação do regulamento só ocorreu no final de 2024, em novembro de 2024. Apesar disso, destacou que, embora os jovens do concelho de Setúbal e outros que se mudaram para o concelho devido a essa medida tivessem que fazer aquele investimento inicialmente, agora veriam esse valor devolvido, o que foi considerado uma decisão positiva.

Mencionou que, embora a medida de isenção do IMT Jovem fosse uma iniciativa nacional, inicialmente, ela só se aplicava no concelho de Setúbal. Embora o processo não tenha corrido como esperado, pois a isenção era previsível para entrar em vigor em janeiro de 2024, a aprovação só ocorreu no final de 2024. Apesar disso, destacou-se que os jovens que escolheram Setúbal para viver agora poderiam finalmente beneficiar da isenção do IMT, o que foi visto como um desenvolvimento positivo.

Tendo em conta que as propostas eram de teor idêntico, propôs que as deliberações n.º 121/2025 a 124/2025 fossem votadas em bloco, a menos que houvesse oposição.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Destacou que era importante recordar o motivo daquela proposta, que foi aprovada em outubro de 2023, e que, embora fosse esperado que fosse aplicada em janeiro de 2024, conforme mencionado pela senhora Vereadora, isso não seria viável devido à natureza da proposta. Tratava-se de um benefício fiscal que não estava no quadro direto do Estatuto dos Benefícios Fiscais, mas que foi possível conceder dentro da lógica de um regulamento de benefícios fiscais atribuídos pelo Município, regulamento esse que não existia até então. Por esse motivo, foi necessário desenvolver um processo para elaborar o quadro regulamentar que permitisse a aplicação desse benefício.

Enfatizou que um regulamento público exigia discussão pública e a participação dos vários órgãos do Município. Embora reconhecendo que o prazo para a aprovação do regulamento poderia ter sido mais curto, foi esclarecido que, de acordo com a legislação, não seria possível aplicar o benefício em janeiro de 2024, como originalmente esperado. O processo envolveu os devidos procedimentos e os serviços disponíveis trabalharam dentro das limitações legais, considerando que a alteração legislativa no Código do IMT só foi aprovada posteriormente.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Referiu que, em relação à proposta da senhora Vereadora Sónia Martins de votar em conjunto, as propostas eram idênticas. Assim, se não houvesse objeção, a intenção era colocar em votação as deliberações n.º 121/2025 a 124/2025.

9. Deliberação n.º 121/2025 – Proposta n.º 28/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 1996, fração G da União de Freguesias de Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46. (ver ponto 8).

10. Deliberação n.º 122/2025 – Proposta n.º 29/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 9842, fração J da União das Freguesias de Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47. (ver ponto 8).

11. Deliberação n.º 123/2025 – Proposta n.º 30/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 13176, fração B da Freguesia de S. Sebastião

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48. (ver ponto 8).

12. Deliberação n.º 124/2025 – Proposta n.º 31/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 16593, fração Q da Freguesia de S. Sebastião

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49. (ver ponto 8).

13. Deliberação n.º 125/2025 – Proposta n.º 03/2025 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro aos agrupamentos de escolas para a participação na 13.ª edição do Festival de Música de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50.

Sra. Vice-Presidente – Mencionou que, como de costume, havia um apoio financeiro no valor total de mil novecentos e cinquenta euros, destinado a cobrir eventuais despesas e apoiar a participação nos projetos de escrita de canções e percussão. Reforçou que essa participação era de longa data e tinha mostrado bons resultados na integração deste festival de música.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 126/2025 – Proposta n.º 04/2025 – DEB/DIGEPE – Transferência financeira à Associação de Pais da Escola Básica da Brejoeira no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da crise económica

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51.

Sra. Vice-Presidente – Mencionou que a medida se enquadrava nas ações de mitigação da crise económica e, conforme o protocolo aprovado pela Câmara Municipal, cabia à associação de pais promover e garantir as atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar em todas as escolas do Agrupamento de Escolas de Azeitão. Considerando a aprovação das propostas de medidas extraordinárias, que previam a isenção do pagamento dessas atividades para os encarregados de educação cujos filhos estavam nos escalões A e B do abono de família, informou que existiam cinquenta e uma crianças nessa situação no agrupamento em questão. Propôs, então, a atribuição do apoio correspondente às mensalidades dessas crianças, no valor de seis mil setecentos e noventa e um euros e quarenta cêntimos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 127/2025 – Proposta n.º 07/2025 – DOM – CPREV 14/2024/DOM – Empreitada de “BNAUT – Arronches Junqueiro” - Candidatura n.º 60379 – “Alojamentos de transição para vítimas de violência doméstica” sítios na Rua do Eito, Rua Arronches Junqueiro e Travessa Francisco Pereira - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 a 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



16. Deliberação n.º 128/2025 – Proposta n.º 08/2025 – DOM – CPREV 13/2024/DOM – Empreitada “BNAUT – Quebedo” - Candidatura n.º 60378 “Centro de acolhimento e alteração de percursos Setúbal - Palácio Quebedo”- Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 a 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 129/2025 – Proposta n.º 09/2025 – DOM – CP 28/2024/DOM – Empreitada de “Remodelação do campo de futebol das pedreiras”, Concurso Público - Candidatura n.º 1090 “Operação integrada local – Setúbal – União Freguesias de Setúbal - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 a 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 130/2025 – Proposta n.º 10/2025 – DOM – CPREV 05/2024/DOM – Empreitada de “Requalificação de Infraestruturas e Pavimentos na Av. Moçambique – Setúbal” - Candidatura “Requalificação Av. Moçambique” – Lisboa 2030 – Feder – 01398300, aprovada no âmbito do Portugal2030 ITI AML - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 a 63.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que queria levantar uma preocupação. Esclareceu de que a obra em questão tinha sido acompanhada de perto. A preocupação estava relacionada com a ciclovia, e foi expresso o temor de que, se não fosse introduzida alguma alteração, poderiam surgir problemas num futuro próximo.

Sr. Presidente – Esclareceu que a obra em questão não dizia respeito à construção de uma ciclovia, mas sim à implementação de pisos de mobilidade, que muitos poderiam interpretar erradamente como ciclovias. O objetivo era criar melhores condições de mobilidade pedonal, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida e idosas, através da substituição de pisos tradicionais por pisos com melhores características. Foi mencionado que esse tipo de intervenção já havia sido utilizado em outras zonas da cidade, como na Avenida dos Combatentes. A candidatura envolvia um montante de um milhão e seiscentos mil euros. Além disso, na Avenida de Moçambique, de facto, seria implementada uma ciclovia, mas a adjudicação em questão não estava diretamente relacionada à sua construção. Por fim, agradeceu ao vereador pela colocação da questão, aproveitando a oportunidade para esclarecer possíveis interpretações erradas sobre a obra em questão.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Questionou se a lógica da intervenção seria arranjar todo o passelo, pois, se fosse arranjado o passelo na totalidade, haveria mobilidade para as

pessoas. Questionou, então, se estariam a criar circuitos com condições adequadas, deixando o restante como estava.

Sr. Presidente – Mencionou que esse tipo de piso, a calçada tradicionalmente utilizada, especificamente o tipo com o vidrado (não a calçada portuguesa, mas o tipo de pedra quadrada visto nas urbanizações), continuava a ser usado. Salientou que ele próprio tinha muitas dúvidas quanto à sua adequação, mas o fato era que esse material era tradicionalmente utilizado em todos os locais.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Mencionou que, apesar de tudo, havia uma estrutura ou estratégia definida para a obra. Fez referência a uma situação específica na Avenida dos Combatentes, quando a obra fora executada e o mesmo tipo de piso foi mantido naquele percurso. Observou que muitas pessoas, mesmo sem saber, acabavam por utilizar aquela faixa como ciclovia, com cerca de um metro e meio de largura, o que já fora verificado anteriormente. Acrescentou que, na altura, esse fato deveria ter sido devidamente esclarecido, conforme seu entendimento.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Referiu que o projeto em questão foi uma candidatura feita ao INR, no âmbito das acessibilidades 360, que já havia sido debatida várias vezes e que o projeto, inclusive, foi levado à câmara, assim como a posterior adjudicação. O objetivo do projeto era criar um corredor que permitisse uma mobilidade mais acessível para pessoas com dificuldades de locomoção, criando um percurso contínuo com rebaixamento das passadeiras. Destacou que se tratava de uma candidatura financiada a 100% e que o investimento era de um milhão e seiscentos mil euros. Esclareceu que, pelo menos formalmente, nunca fora dito que ali estaria em execução uma ciclovia. Admitiu que pudesse ter existido essa ideia ou entendimento, mas reafirmou que, formalmente, essa nunca fora a proposta.

Sr. Presidente – Reforçou que o piso utilizado não era o tipo de piso pintado que se usava em ciclovias. Mencionou que esse piso tinha sido utilizado na Avenida dos Combatentes, onde ele próprio vira essa aplicação pela primeira vez. Embora muitas pessoas utilizassem esse tipo de percurso como se fosse uma ciclovia, circulando de bicicleta, a realidade era que não se tratava de uma ciclovia. Quando criaram as ciclovias, verificaram que muitas pessoas deixaram de circular pelas calçadas, preferindo as ciclovias, justamente por facilitarem a locomoção. Destacou que substituir todos os passeios por esse tipo de piso seria positivo, mas também implicava um custo elevado, que poderia ascender a milhões de euros.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que essas propostas tinham sido aprovadas na Câmara Municipal, com todos os circuitos incluídos.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Referiu que tinha sido bom colocar a questão, pois foi uma oportunidade de esclarecer.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



- 19. Deliberação n.º 131/2025 – Proposta n.º 11/2025 – DOM – CPI 05/2025/DOM – Empreitada “Bairro Quinta de Santo António” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público, por lotes, com publicidade internacional - Candidatura n.º 61882 - “Reabilitação de 214 fogos - Reabilitação da Quinta de Santo António”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 20. Deliberação n.º 132/2025 – Proposta n.º 12/2025 – DOM – CPI 04/2025/DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro Afonso Costa” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público, por lotes, com publicidade internacional - candidatura n.º 61881 – “Reabilitação de 308 fogos - Reabilitação do Bairro Afonso Costa”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 21. Deliberação n.º 133/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DOM – CPREV 22/2024/DOM - Empreitada “Bairro 25 de Abril”: Não adjudicação e revogação da decisão de contratar - CP 01/2025/DOM - Empreitada “Bairro 25 de Abril” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público por lotes - Candidatura n.º 62096 “Reabilitação de 63 fogos - Reabilitação do Bairro 25 de Abril”.**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 22. Deliberação n.º 134/2025 – Proposta n.º 14/2025 – DOM – CP 06/2025/DOM – Empreitada “Requalificação do espaço - A Gráfica” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



23. Deliberação n.º 135/2025 – Proposta n.º 21/2025 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de aluguer operacional de 15 viaturas tipo ligeiros de passageiros e mistos, pelo período de 36 meses - Concurso Público n.º 17/2014/DAF/DIGEF/SECPP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 136/2025 – Proposta n.º 22/2025 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de aluguer operacional de 10 viaturas tipo ligeiros de passageiros e mistos, pelo período de 36 meses - Concurso Público n.º 03/2015/DAFRH/DIGEF/SECPP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 70 e 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente, não havendo questões, submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 137/2025 – Proposta n.º 14/2025 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2025 – Edital

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 72 e 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 138/2025 – Proposta n.º 15/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Coletivo de Valorização Artística, Associação – Exposições de artes plásticas (CVA)

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 e 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 139/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DCDJ/DICUL – União Desportiva e Recreativa das Pontes (Grupo de Sevilhanas) - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 76 e 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



28. Deliberação n.º 140/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DCDJ/DICUL – XXI Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal 2025 - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 78 e 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se tratava da 21.ª edição do festival, uma tradição da cidade que valorizava não só o património cultural e artístico, mas também a importância das coletividades centenárias da cidade e das bandas, sendo um fator de desenvolvimento cultural e aprendizagem. Informou que, nesse sentido, e mais uma vez através da colaboração estreita e fundamental com a Sociedade Musical Capricho Setubalense, se propunha a realização da 21.ª edição do festival, com um apoio financeiro de quatro mil e quinhentos euros.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 141/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2025 – Apoio Financeiro às entidades participantes

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 142/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2025 – Apoio Financeiro às marchas extraconcurso (marchas infantis)

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se tratava também de um apoio às marchas populares, e que se vinha tornando prática que algumas das marchas apresentassem também marchas infantis. A Câmara Municipal, o seu executivo e os serviços da Cultura que acompanham o certame consideraram que as marchas infantis eram, por si só, um estímulo e uma motivação para o desenvolvimento e consolidação da tradição popular das marchas populares em Setúbal. Nesse sentido, a Câmara decidiu apoiar as entidades que apresentavam também marchas populares infantis. O valor atribuído seria simbólico, mas considerado importante para cobrir alguns custos relacionados com essas marchas. A proposta foi assim levada à reunião de Câmara.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 143/2025 – Proposta n.º 20/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 144/2025 – Proposta n.º 21/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre CMS e Associação Cinematográfica 50 CUTS

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 83 a 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que esta associação se destacava pela exibição e difusão de atividades relacionadas com a arte cinematográfica, e que a programação cultural de 2025 continuaria a beneficiar dessa colaboração. Referiu que se previa a formalização do protocolo com o objetivo de estimular a atividade da associação na área, em particular no projeto “Cinema na Rua”, uma atividade que vinha sendo um sucesso, transformando o espaço público em espaço de exibição e atividade cultural.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

33. Deliberação n.º 145/2025 – Proposta n.º 22/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 86 a 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

34. Deliberação n.º 146/2025 – Proposta n.º 23/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 89 a 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

35. Deliberação n.º 147/2025 – Proposta n.º 24/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 92 a 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



36. Deliberação n.º 148/2025 – Proposta n.º 25/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso para a realização da 18.ª Festa do Cinema Italiano

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 95 a 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

37. Deliberação n.º 149/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadinos”

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 98 a 102, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

38. Deliberação n.º 150/2025 – Proposta n.º 27/2025 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense - Natação Pura Desportiva - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 103 a 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

39. Deliberação n.º 151/2025 – Proposta n.º 29/2025 – DCDJ/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2025 – Contrato Programa

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 107 e 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

40. Deliberação n.º 152/2025 – Proposta n.º 30/2025 – DCDJ/DIDES – São Domingos Futebol Clube – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 109 e 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



41. Deliberação n.º 153/2025 – Proposta n.º 31/2025 – DCDJ/DIDES – Feira Náutica de Setúbal 2025 – Taxas de aluguer de espaços de exposição

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

42. Deliberação n.º 154/2025 – Proposta n.º 24/2025 – DCDJ/DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para ocupação de bancas e lojas do Mercado Municipal do Livramento, Mercado Municipal 2 de Abril, Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição e Mercado Municipal de Brejos de Azeitão

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 112 a 114.

Sr. Presidente - Agradeceu ao senhor vereador, perguntou se havia questões, e esclareceu que a hasta pública mencionada incluía já as bancas do novo mercado de Brejos de Azeitão, que se encontrava em fase final de construção.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

43. Deliberação n.º 155/2025 – Proposta n.º 49/2025 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas relativas a obras de alteração e ampliação de edifício destinado a lar, centro de dia e apoio domiciliário para a 3.ª idade - Processo n.º 526/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 115, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

44. Deliberação n.º 156/2025 – Proposta n.º 50/2025 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição - Processo n.º 212/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 116, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

45. Deliberação n.º 157/2025 – Proposta n.º 51/2025 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável Condicionada sobre viabilidade de realização de obras de demolição e conseqüente construção nova - Processo n.º 19/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 117, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

46. Deliberação n.º 158/2025 – Proposta n.º 52/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 5 painéis publicitários

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 118 e 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

47. Deliberação n.º 159/2025 – Proposta n.º 53/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados e frutos secos - Processo n.º 23/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 120 e 121, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

48. Deliberação n.º 160/2025 – Proposta n.º 54/2025 – DURB/GAPGPA – Proposta de procedimentos e taxas a aplicar no âmbito do Regulamento Municipal de Utilização da Ponte Cais do Portinho da Arrábida e dos Espaços de Amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 122 e 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo intervenção do público, foi proposto pelo senhor presidente a realização de uma reunião extraordinária no dia 19 (quarta-feira), às 9h30, justificando que se tratava de assuntos rápidos e para facilitar a gestão de agenda. Indicou que a ordem de trabalhos seria distribuída até quarta-feira ou antes.

Com todas as propostas apresentadas, o Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram igualmente aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 07 de maio de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 35 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Aldora Poeira
Inês Ferreira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio